

# Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número doze

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada  
no dia catorze de junho de dois mil e dezassete

Aos catorze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezassete, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presentes o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes. -----

### **1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS** -----

Às dez horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

### **2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:**-----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número cento e dez de treze de junho de dois mil e dezassete, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **1.001.338,56€** (um milhão, um mil, trezentos e trinta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **314.146,67€** (trezentos e catorze mil, cento e quarenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos).-----

**3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O **Senhor Presidente** iniciou a sua intervenção assumindo que todos receberam uma carta anónima, sobre o largo de Alcarva.-----

Prosseguiu explicando, que o terreno foi adquirido há já algum tempo pela Associação dos Compadres, tendo sido posteriormente solicitada a elaboração de um projeto para aquele mesmo largo, uma vez que não era possível aos autocarros virarem. Posteriormente a Associação dos Compadres decidiu ceder aquele terreno à Câmara Municipal e foi então que foi construído o largo anteriormente solicitado, para o qual foram transportados restos de telhas, tijolos, etc., mas sem qualquer tipo de metais perigosos.-----

O **Senhor Vereador António César**, quis saber se existe alguma Associação denominada Amigos de Alcarva e em caso afirmativo, se foi feito por parte daquela, algum tipo de pedido ou de acordo com a Câmara Municipal.-----

Na sua opinião, e o que estava ali em causa, era a parte política, nomeadamente a proximidade das eleições. Aprofundou, que relativamente a este assunto, houve um oportunismo político ao tentar imputar a redação daquela carta anónima, aos Senhores Vereadores do CDS/PP. Enfatizou que não são cobardes para ter aquele tipo de atitude, recordando que sempre tiveram a conduta de transmitir ao Senhor Presidente da Câmara, de forma clara e transparente, que tinham procedido a alguma denuncia às entidades competentes sobre possíveis ilegalidades cometidas pelo Senhor Presidente da Câmara, assinando mesmo as respetivas denúncias.-----

Assim, acusou o Senhor Presidente e a maioria, de tentarem, de certa forma, fazer passar a ideia, de que aquela denuncia anónima, era nada mais, que uma atitude persecutória e politiquice dos Senhores Vereadores do CDS/PP.-----

Disse ter conhecimento de que tudo não passa de “guerras” internas da própria freguesia.-----

Seguidamente acusou o Senhor Presidente por ter permitido e os serviços técnicos do Município, por terem sugerido a colocação de entulho no largo. Sugeriu a imediata retificação de toda aquela situação, até para o bem da Câmara Municipal.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral**, disse desconhecer completamente aquela situação, até à altura, em que, tal como todos os outros, recebeu a carta anónima.-----

Concordou que as pessoas devem assumir os seus atos.-----

Resumiu que aquela situação foi da responsabilidade dos serviços, tal como o Senhor Presidente acabou de assumir, pelo que, na sua opinião deve ser feito tudo para corrigir aquela situação.-----

O **Senhor Vereador António César**, abordou um outro assunto, disse ter conhecimento de que foram iniciadas obras no cemitério de Marialva sem procedimento concursal, o que na sua opinião consubstancia uma situação de ilegalidade. Assim, perguntou por que é que o procedimento não foi feito. Mais quis saber, o motivo de terem sido iniciadas as obras sem haver certezas quanto à titularidade da propriedade para onde se encontra a ser alargado o cemitério.-----

O **Senhor Presidente** explicou e esclareceu que o procedimento concursal foi feito.-----

Transmitiu que há um ano, a Câmara Municipal, recebeu da Junta de Freguesia de Marialva um pedido para alargamento do cemitério e a construção de uma Capela Mortuária, tendo sido, na altura, garantido pela Junta de Freguesia, de que o terreno

usado para alargar o cemitério, era público. Informou que, aquando do início das obras, um Múncipe deslocou-se à Câmara Municipal, alegando que o terreno era sua propriedade. Imediatamente foram enviados técnicos do Município para averiguar aquela situação, sendo que até à presente data ainda não foi possível chegar a nenhuma conclusão.-----

Retomou o uso da palavra o **Senhor Vereador António César**, acusando o Senhor Presidente, de mais uma vez, não salvaguardar os interesses do Município. Prosseguiu acusando o Senhor Presidente de desde o início do mandato “colocar a carroça à frente dos bois”, o que na sua opinião leva a ilegalidades. Ilegalidades essas que conferem penalizações não só para o Senhor Presidente, mas também para a Câmara Municipal, sendo que no caso desta última, é uma situação que o deixa preocupado.-----

Afirmou não estar a colocar em causa o alargamento do cemitério, mas entende que todo aquele procedimento deveria ter um princípio, meio e fim. Primeiro deveria saber-se de quem era o terreno e só depois iniciar-se o procedimento.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** quis saber quem é o responsável pelas obras no cemitério, nomeadamente, se é a junta de freguesia ou se é a Câmara, ao que o **Senhor Vice-presidente** respondeu que a gestão do cemitério pertence à junta de freguesia, quanto ao terreno, propriamente dito, não soube responder.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral**, dirigiu-se ao Senhor Vereador António Lopes, explicando que os cemitérios são paroquiais, embora a administração, gestão, receitas e despesas, sejam das Juntas de Freguesias.-----

Mais informou, que independentemente, das obras poderem ser executadas pela Junta, a Câmara Municipal, não está impedida de fazer o procedimento administrativo para o alargamento ou construção de raiz, o que aliás faz quando executa obras de arruamentos das freguesias.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António Lopes**, disse ter conhecimento que foram convidados três empreiteiros para a execução da calçada na Rua do Eírol, pelo que, questionou o por quê de não terem sido também convidados, para o alargamento do cemitério, aquelas três empresas, tendo sido convidado apenas um empreiteiro, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que as restantes empresas não possuíam apetências para realizar aquele tipo de obra.-----

2  
D

O **Senhor Vereador António Lopes** mostrou-se indignado com a resposta do Senhor Presidente, acusando-o de pretender dar a obra de “mão beijada” à empresa Brígida e Dinis.-----

A terminar, transmitiu que na execução da Rua do Eirol, a Câmara poupou cerca de doze mil euros. Já no caso do alargamento do cemitério de Marialva, e tendo a Câmara convidado apenas um empreiteiro, o mesmo baixou apenas meia dúzia de euros.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António César**, abordou um outro assunto. A premente intervenção no cemitério de Longroiva.-----

Quis saber o motivo de se estar a projetar um aumento do cemitério a pensar única e exclusivamente na trasladação das ossadas do antigo cemitério.-----

Disse ter conhecimento que o cemitério não pode ser aumento para a parte de cima, porque se encontra numa zona de escarpas, e para a parte de baixo, existe uma vinha na qual os proprietários não autorizam qualquer intervenção, declarando, que no seu entendimento, e nesta situação, o interesse público tem que prevalecer sobre o interesse privado, salvaguardando-se, sempre, a acessibilidade dos proprietários à propriedade e permitindo-se que o cemitério tenha condições para que nos próximos vinte ou trinta anos, não tenha que ser novamente intervencionado.-----

No seu entendimento, o projeto encontra-se mal concebido, até porque, o cemitério irá ser intervencionado para a estrada, o que irá limitar o espaço que antecede o acesso às campas, pelo que e na sua opinião o projeto deverá ser alterado, passando aquele a incidir num aumento do cemitério para nascente.-----

De seguida colocou uma série de questões. Quis saber se o Senhor Presidente já tentou algum acordo com as partes para a resolução daquele problema, e se está disposto a alterar o projeto, a fim de salvaguardar o interesse da população para os próximos vinte ou trinta anos.-----

O **Senhor Presidente** começou por responder á última questão colocada pelo Senhor Vereador António César. Frisou que ainda nada está decidido, sublinhando, que tal como foi referido pelo Senhor Vereador António César, o interesse da população deve ser sempre salvaguardado.-----

Informou que uma equipa de técnicos do Município já se deslocou ao local, e caso seja de entendimento que o melhor para a população é o alargamento do cemitério para a lateral, é o que irá ser feito.-----

O **Senhor Vice-presidente**, disse não ter conhecimento do que está projetado ser feito.-  
Quanto à trasladação das ossadas, informou, que apenas serão trasladadas duas campas  
Entende que o alargamento do cemitério deverá ser feito para a lateral, até porque se  
o alargamento for para a parte de trás, os custos serão elevadíssimos.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral**, entende que a única solução viável para o  
alargamento do cemitério, será para nascente. Acha que a Câmara deverá pensar em  
situações alternativas, no que concerne à execução de covais.-----

A terminar, quis saber qual a política de cemitérios adotada até ao final do mandato, até  
porque tem conhecimento de que o cemitério do Poço do Canto se encontra na mesma  
situação. Perguntou para quando o lançamento de obras no cemitério do Poço do Canto,  
ao que o **Senhor Presidente** respondeu que está para breve, carecendo apenas de um  
parecer da CCDR-C.-----

Retomou o uso da palavra, o **Senhor Vereador António César**, referindo que já lhe foi  
entregue a carta da Inspeção Geral das Finanças e após leitura da mesma, verificou que  
a mesma vai de encontro à coerência demonstrada pelos Senhores Vereadores do  
CDS/PP.-----

Recordou, que na última sessão da Assembleia Municipal de Mêda, o Senhor Presidente  
da Câmara, informou aquele areópago, de que aquela carta teve origem em denúncias  
feitas por parte dos Senhores Vereadores da Oposição, lamentando que nessa mesma  
Sessão, não tenha sido permitida uma intervenção por parte dos Senhores Vereadores  
da Oposição, a fim de rebaterem aquela informação.-----

Declarou, que na carta, mais concretamente, no assunto, apenas consta e passou a ler:  
“Denúncia de alegadas irregularidades”, não referindo, em parte alguma, por parte de  
quem. Frisou, que sempre que os Senhores Vereadores do CDS/PP, participaram alguma  
ilegalidade cometida pelo Senhor Presidente às entidades competentes, fizeram  
questão de dar conhecimento do mesmo, tanto ao Senhor Presidente como aos  
Senhores Vereadores da maioria.-----

Quis deixar claro, que esta sua intervenção, tinha como objetivo repor a verdade.-----  
Seguidamente falou na limpeza dos lotes. Acha que deveriam ser tomadas medidas  
efetivas para que os lotes sejam limpos, não só por uma questão de proteção, mas  
também por uma questão de harmonia e de limpeza para a própria terra. Neste sentido

21.  
5.  
mostrou-se preocupado, em particular, com o lote por detrás do edifício do Tribunal, o qual se encontra bastante degradado, podendo até provocar eventuais incêndios.-----

Na sua opinião, os proprietários dos lotes, devem ser notificados para a limpeza dos mesmos e caso isso não aconteça e a Autarquia assuma essa limpeza, deverá posteriormente imputar os custos aos seus proprietários.-----

A terminar, solicitou uma listagem com as verbas atribuídas a todas as Associações do Concelho, durante o ano de dois mil e dezasseis.-----

O **Senhor Vereador António Lopes**, relativamente ao processo jurídico da D. Susana Morgado, quis saber o motivo de ter sido paga apenas em abril a indemnização à D. Susana, quando a sentença saiu em dezasseis de janeiro, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que esperavam que houvesse uma negociação.-----

Seguidamente o **Senhor Vereador António Lopes**, quis saber em que ponto é que se encontra o processo do bar do Mercado, nomeadamente, se já se encontra em Tribunal, uma vez que há cerca de três anos, foi deliberado em reunião de Executivo, dar andamento ao processo.-----

O **Senhor Presidente** respondeu ao Senhor Vereador que o Gabinete Jurídico está a ultimar os preparativos, tendo já dado ordens para avançar com o processo.-----

Retomou o uso da palavra o **Senhor Vereador António Lopes**, dizendo ter conhecimento, até pelos documentos que lhe são entregues, da celebração de um contrato com uma empresa a fim de elaborar projetos para Marialva. Recordou que há algum tempo atrás foi também a reunião de Câmara um contrato com a mesma empresa, mas que se referia ao Castelo de Marialva e ao Castelo de Longroiva. Gostava de ser esclarecido sobre aquela situação.-----

O **Senhor Vice-presidente** explicou que são duas situações distintas. O segundo contrato a que se referiu o Senhor Vereador dizia respeito ao património cultural do Castelo de Marialva e do Castelo de Longroiva, enquanto o outro contrato diz respeito á mudança de LEDS no Castelo de Marialva.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António César**, perguntou ao Senhor Presidente, se é verdade que foi iniciativa do Senhor Presidente, juntamente com outras duas pessoas, criar um abaixo assinado para que o Senhor Comandante de Posto passasse a ter outra atitude ou fosse colocado noutro Posto da GNR, ao que o **Senhor**

**Presidente** respondeu negativamente, observando o **Senhor Vereador António** que a assinatura do Senhor Presidente consta do referido abaixo assinado.-----

Relativamente a este assunto, o **Senhor Presidente** disse ter conhecimento de que o Sargento tem tomado atitudes menos corretas para com a população, esclarecendo que alguém decidiu criar um abaixo assinado, o qual lhe foi dado para assinar, reconhecendo que erradamente acabou por assinar o referido abaixo assinado.-----

Reconheceu que não o deveria ter feito, até porque anteriormente tinha tido uma conversa com o Comandante.-----

O **Senhor Vereador António César**, disse ser reprovável, que o Senhor Presidente ou até um Vereador, assine um abaixo assinado, quando têm a possibilidade, de por outros meios, fazer chegar a sua indignação ao Comandante quanto às suas atitudes.-----

A terminar reiterou reprovar aquela atitude do Senhor Presidente, sugerindo-lhe mais cuidado naquele tipo de situações.-----

#### **4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

Seguidamente o **Senhor Presidente** declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Reunião Ordinária, que tinha para discussão os seguintes pontos:-----

Apreciação e aprovação das atas n.ºs **10** (10.05.2017) e **11** (24.05.2017).-----

#### **APROVAÇÃO DAS ATAS**-----

O **Senhor Presidente** submeteu à votação as seguinte atas, previamente distribuídas, pelo que foi dispensada a sua leitura:-----

Ata número dez, de dois mil e dezassete, de dez de maio, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

Ata número onze, de dois mil e dezassete, de vinte e quatro de maio, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

Não participou na votação o Senhor Vereador António Lopes, por não ter estado presente na referida reunião.-----

#### **PONTO 1 – PROPOSTA N.º 23/2017 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MATILHAS DE CAÇA MAIOR – REALIZAÇÃO DO IV ENCONTRO DE MATILHAS NA CIDADE DE MÊDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;**-----

I – Relativamente a este assunto, o **Senhor Vereador António César** quis tecer duas considerações.-----

1  
5

Começou por criticar a ausência do Senhor Presidente, na assinatura do Protocolo Ibérico de Cooperação das Matilhas de Caça Maior, em Ciudad Rodrigo, onde estiveram presentes altas individualidades do Governo Espanhol.-----

Transmitiu, que o Alcaide de Ciudad Rodrigo, referiu, que no seu concelho, a caça, representa, para além do que é vendido através da caça, nomeadamente, os enchidos, o azeite, etc., um valor global entre três a quatro milhões de euros/ano. Mais, acrescentou que o ajuntamento da Ciudad Rodrigo tem Vereadores a trabalhar especificamente, o setor da caça, criando uma harmonia entre todas as coletividades da terra.-----

Imaginou o que a Mêda poderia ganhar, caso tratasse a caça, da mesma forma que é tratada em Ciudad Rodrigo. Neste sentido, deixou uma crítica ao Senhor Presidente, porque ao contrário do que pensa, a caça tem muito mais potencial do que este Executivo está a explorar.-----

Prosseguiu, criticando e questionando o Senhor Presidente, nomeadamente, se acha que o relatório de contas, aprovado para o IV Encontro Nacional de Matilhas de Caça Maior, realizado na Mêda, não se encontra adequado às pretensões da Câmara, ao que o **Senhor Presidente** respondeu, que aquele assunto nunca foi colocado em questão, prosseguiu o **Senhor Vereador António César** transmitindo que o Chefe de Gabinete do Senhor Presidente foi para a praça pública dizer e passou a citar: *"(...) que é uma atividade que não presta contas. Que são dinheiros que ninguém sabe para onde é que vão e que é um dinheiro que é descabido gastar"*. Sublinhou, que sendo ele Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, nomeado pelo Senhor Presidente, e uma vez que o Senhor Presidente diz não ter dúvidas quanto ao relatório de contas, entende que não é correto, da parte do Senhor Chefe de Gabinete, abordar pessoas ligadas à caça para comentar aquele assunto.-----

O **Senhor Vice-presidente**, achou muito estranho o Senhor Chefe de Gabinete ter tido aquele tipo de conversa, até porque quem tem estado a trabalhar naquele assunto tem sido ele. Na sua opinião, e caso seja verdade que o Senhor Chefe de Gabinete tenha feito aquele tipo de comentários, entende que o mesmo deveria tê-los feito diretamente a ele.-----

Relativamente ao relatório de contas do Encontro Nacional de Matilhas de Caça Maior, informou que constam do mesmo todas as atividades realizadas, sendo que a variação



em termos de custo unitário, não tem sido grande. Assim, repudiou completamente a afirmações proferidas pelo Senhor Vereador António César.-----

O **Senhor Presidente** informou que esteve presente na assinatura de um outro Protocolo, em Lisboa, logo, e na sua opinião, a Câmara esteve muito bem representada pelo Senhor Vice-presidente.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral**, referiu que tal como já vem sendo hábito, apoia aquela atividade.-----

Relativamente aos comentários feitos pelo Chefe de Gabinete, disse desconhecer tal assunto.-----

A terminar, perguntou se o valor transferido vai suportar todas as atividades realizadas pela Associação de Matilhas de Caça Maior, ao que o **Senhor Vice-presidente** respondeu que aquele valor corresponde à realização de todos os eventos.-----

II – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante total de nove mil euros, à Associação Portuguesa de Matilhas de Caça Maior, destinado a apoiar a realização do IV Encontro Ibérico de Matilhas.-----

**PONTO 2 – PROPOSTA N.º 24/2017 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE MÊDA, OUTEIRO DE GATOS E FONTELONGA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;**-----

I - A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores António Lopes, António César e Paulo Amaral, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar a atribuição de um apoio financeiro, no montante global de trinta mil euros, à Junta de Freguesia de Mêda, Outeiro de Gatos e Fontelonga.-----

Mais foi deliberado, que o apoio financeiro, será concedido sob a forma de Protocolo.--

**PONTO 3 – PROPOSTA N.º 25/2017 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, PROTOCOLO ENTRE EDP, DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A E MUNICÍPIO DE MÊDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;**-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o clausulado do Protocolo e do Novo Anexo I, a celebrar entre a EDP Distribuição – Energia S.A. e o Município de Mêda.-----

**PONTO 4 - PROPOSTA N.º 26/2017 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO,**

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E O MUNICÍPIO DE MÊDA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;**-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o clausulado do Protocolo de Cooperação a celebrara entre a Guarda Nacional Republicana – GNR e o Município.-----

**PONTO 5 - PROPOSTA N.º 27/2017 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, ADITAMENTO À TABELA DE PREÇOS E TARIFAS DO MUNICÍPIO DE MÊDA;**-----

I - A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-presidente**, aprovar o aditamento ao ponto Notas da Tabela de Preços e Tarifas do Município de Mêda do n.º 2 e n.º 3 para que conste, a seguinte redação:-----

*“2) A utilização dos serviços sujeitos a mensalidade prevista nos pontos 1.3, 2.2, 3.1, 4.1.1.2, 4.1.1.3, 4.1.2.2, 4.1.2.3, 4.1.3.3, 4.1.4.2, 4.1.4.3, 5.2, 5.3 e 6.2 da Secção III, têm uma redução de 25% para utilizadores que preenham as seguintes condições:-----*

*a)Funcionários da Câmara Municipal de Mêda, respetivos cônjuges e descendentes.-----*

*b)Atletas de clubes, Associações e Coletividades Desportivas com sede no concelho de Mêda, com equipas em competições oficiais.-----*

*c) Os Bombeiros Voluntários de Mêda, integrados no quadro ativo.-----*

*3) Quaisquer reduções previstas não são acumuláveis entre si e nem com quaisquer outras reduções ou isenções previstas em legislação ou Regulamento específico ou neste Regulamento.”-----*

**PONTO 6 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO Nº 22/2017, SOBRE ALTERAÇÃO Nº 6 NO VALOR DE 224.900,00 EUROS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I - A Câmara tomou conhecimento.-----

**PONTO 7 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO Nº 24/2017, SOBRE DECLARAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS À DATA DE 31.12.2016, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I - A Câmara tomou conhecimento.-----

**PONTO 8 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 25/2017 DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE SOBRE LIBERTAÇÃO DE CATIVOS DA OBRA “CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO DE MÊDA” AO EMPREITEIRO**

ff

**BRÍGIDA E DINIS, SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA. NO VALOR DE 3.114,20 EUROS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 25/2017 dos serviços de contabilidade sobre libertação de cativos da obra “Conservação e Manutenção do Cemitério de Meda” ao empreiteiro Brígida e Dinis, Soc. de Construções, Lda. no valor de 3.114,20 euros.-----

**PONTO 9 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 26/2017 DOS SERVIÇOS DE CONTABILIDADE SOBRE LIBERTAÇÃO DE CATIVOS DA OBRA “DESMATAÇÃO E LIMPEZA DE BERMAS E VALETAS” AO EMPREITEIRO BRÍGIDA E DINIS, SOC. DE CONSTRUÇÕES, LDA. NO VALOR DE 704,01 EUROS, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 26/2017 dos serviços de contabilidade sobre libertação de cativos da obra “Desmatação e Limpeza de Bermas e Valetas” ao empreiteiro Brígida e Dinis, Soc. de Construções, Lda. no valor de 704,01 euros.-----

**PONTO 10 – PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, A LISTAGEM DOS CONTRATOS CELEBRADOS OU RENOVADOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, REFERENTE AO MÊS DE MAIO, NOS TERMOS DOS N.ºS 4 E 12 DA LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I - A Câmara tomou conhecimento.-----

**PONTO 11 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇA DE OBRAS PARTICULARES:**-----

José dos Santos Afonso Homem-----Poço do Canto  
Processo Nº 22/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Francisco José Ferreira-----Mêda  
Processo Nº 23/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Maria Assunção Henriques-----Mêda  
Processo Nº 26/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Carlos Manuel Almeida Ribeiro-----Casteição

Processo Nº 15/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

José Firmino Taborda-----Casteição

Processo Nº 30/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

José Joaquim Sobral-----Alcarva

Processo Nº 28/2017 – Aprovação Arquitetura-----

DEFERIDO-----

José Manuel Lopes Carrega-----Mêda

Processo Nº 98/2015 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Guilherme dos Santos Martins Pedro-----Barreira

Processo Nº 27/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Alzira do Nascimento Almeida-----Sequeiros

Processo Nº 32/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Daniela Filipa Plácido do Nascimento-----Carvalho

Processo Nº 34/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Manuel José Ferreira-----Cancelos de Baixo

Processo Nº 33/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Jorge Manuel Carvalho Simão-----Cancelos de Baixo

Processo Nº 100/2014 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

Carlos Manuel Dias-----Coriscada

Processo Nº 29/2017 – Aprovação Final-----

DEFERIDO-----

I - A Câmara tomou conhecimento.-----

**PONTO 12 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS**

**DE LICENÇA DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA:**-----

Carlos Alberto Monteiro da Silva-----Mêda

Processo Nº58/2017 – Fiscalização-----

DEFERIDO-----

António Carlos do Amaral Correia-----Coriscada

Processo Nº54/2017 – Fiscalização-----

DEFERIDO-----

CLDS3G-----Mêda

Processo Nº61/2017 – Fiscalização-----

DEFERIDO-----

I - A Câmara tomou conhecimento.-----

**PONTO 13 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APRECIACÃO, PEDIDO DE PARECER PARA A CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE DE PRÉDIO RÚSTICO SITUADO EM “GRAVATO”, NA FREGUESIA DA CORISCADA, COM O ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO Nº 273, PARA EFEITOS DE ESCRITURA DE DOAÇÃO, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de parecer para a constituição de compropriedade de prédio rústico situado em “Gravato”, na freguesia da Coriscada, com o artigo matricial rústico nº 273, para efeitos de escritura de doação, nos termos da informação.-----

**PONTO 14 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, INFORMAÇÃO Nº 71/SOM, SOBRE O PEDIDO DE LIBERTAÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA Nº 00350453005143093, EMITIDA PELA CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A, NO VALOR REMANESCENTE DE € 658,04, APRESENTADA PARA GARANTIA DO CONTRATO, BEM COMO A LIQUIDAÇÃO DE CATIVOS, CONFORME O ESTIPULADO NO DECRETO-LEI 190/2012, DE 22 DE AGOSTO, DA OBRA EMPREITADA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE MÊDA, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 71/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 00350453005143093, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, no valor remanescente de € 658,04, apresentada para garantia do contrato, bem como a liquidação de cativos, conforme o estipulado no decreto-lei 190/2012, de 22 de agosto, da obra empreitada de conservação e manutenção do cemitério municipal de Mêda.-----

21

~~3~~

**PONTO 15 – Presente à reunião, para aprovação, informação nº 72/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 00350453005166993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, no valor remanescente de € 176,00, apresentada para garantia do contrato, bem como a liquidação de cativos, conforme o estipulado no decreto-lei 190/2012, de 22 de agosto, da obra empreitada de desmatção e limpeza de bermas e valetas (2011), nos termos da informação;-----**

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 72/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 00350453005166993, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, no valor remanescente de € 176,00, apresentada para garantia do contrato, bem como a liquidação de cativos, conforme o estipulado no decreto-lei 190/2012, de 22 de agosto, da obra empreitada de desmatção e limpeza de bermas e valetas (2011).-----

**PONTO 16 - Presente à reunião, para aprovação, informação nº 70/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 00350453005168693, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, no valor de € 482,04, apresentada para garantia do contrato, bem como a liquidação de cativos, conforme o estipulado no decreto-lei 190/2012, de 22 de agosto, da obra empreitada de substituição de terras no cemitério municipal, nos termos da informação;-----**

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a informação nº 70/SOM, sobre o pedido de libertação de garantia bancária nº 00350453005168693, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A, no valor de € 482,04, apresentada para garantia do contrato, bem como a liquidação de cativos, conforme o estipulado no decreto-lei 190/2012, de 22 de agosto, da obra empreitada de substituição de terras no cemitério municipal.-----

**PONTO 17 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, CONTA FINAL DA OBRA CONSTRUÇÃO DE ARRUAMENTOS – FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GUARDA CORPOS EM FONTELONGA, ACOMPANHADA DO AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E DA INFORMAÇÃO Nº 78/SOM; NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;-----**

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Conta Final da obra construção de arruamentos – fornecimento e instalação de guarda corpos em Fontelonga, acompanhada do Auto de Receção Provisória e da informação nº 78/SOM.-----


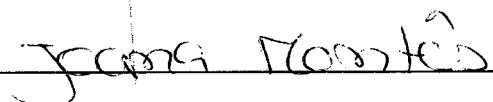
**PONTO 18 - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, CONTA FINAL DA OBRA EMPREITADA DE AMPLIAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DAS REDES DE ABASTECIMENTO DE**

**ÁGUA, DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS E PLUVIAIS, ACOMPANHADA DO AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA E DA INFORMAÇÃO Nº 79/SOM, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Conta Final da obra empreitada de ampliação e beneficiação das redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais e pluviais, acompanhada do Auto de Receção Provisória e da informação nº 79/SOM.-----

**5 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas e cinquenta minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência, Joana Filipa Espírito Santo Montês.-

  
-----  
  
-----